

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO	7
NOTA DO AUTOR À 5.ª EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À 4.ª EDIÇÃO	11
NOTA DO AUTOR À 3.ª EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO	17

INTRODUÇÃO AOS COMENTÁRIOS

1. MÉTODO PARA O ESTUDO DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS.....	27
1.1 Método para o estudo da Lei de Recuperação e Falências.....	27
1.2 O exame do índice da Lei de Recuperação e Falências.....	28
1.3 O exame dos diversos autos no processo de falência	31
1.4 O exame dos três grandes marcos.....	33
1.5 Conclusão	34
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO FALIMENTAR BRASILEIRO. VISÃO CRÍTICA DA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS.....	37
2.1 Primeiros delineamentos históricos	37
2.2 Idade Média	38
2.3 O Código Napoleônico e o direito brasileiro	39
2.4 A posição de Rubens Requião.....	40
2.5 A posição de Nelson Abrão.....	43
2.6 A posição de Jorge Lobo	45
2.7 A posição de Paulo Fernando Campos Salles de Toledo	47
2.8 A nova Lei de Recuperação e Falências.....	48

LEI 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005

Capítulo I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º	55	Art. 3.º	59
Art. 2.º	57	Art. 4.º	62

Capítulo II
DISPOSIÇÕES COMUNS
À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA

Seção I – Disposições gerais	64		
Art. 5.º	64	Art. 6.º	66
Seção II – Da verificação e da habilitação de créditos	75		
Art. 7.º	76	Art. 14	87
Art. 8.º	79	Art. 15	87
Art. 9.º	80	Art. 16	88
Art. 10	82	Art. 17	89
Art. 11	85	Art. 18	90
Art. 12	85	Art. 19	91
Art. 13	86	Art. 20	92
Seção III – Do administrador judicial e do Comitê de Credores	94		
Art. 21	95	Art. 28	115
Art. 22	96	Art. 29	116
Art. 23	108	Art. 30	116
Art. 24	109	Art. 31	118
Art. 25	111	Art. 32	118
Art. 26	111	Art. 33	120
Art. 27	113	Art. 34	120

Seção IV – Da assembléia-geral de credores	121
Art. 35	122
Art. 36	125
Art. 37	127
Art. 38	129
Art. 39	130
Art. 40	133
Art. 41	133
Art. 42	135
Art. 43	136
Art. 44	137
Art. 45	137
Art. 46	138

Capítulo III

DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Seção I – Disposições gerais	139
Art. 47	142
Art. 48	143
Art. 49	146
Art. 50	150
Seção II – Do pedido e do processamento da recuperação judicial	158
Art. 51	158
Art. 52	164
Seção III – Do plano de recuperação judicial	171
Art. 53	171
Art. 54	173
Seção IV – Do procedimento de recuperação judicial	176
Art. 55	176
Art. 56	177
Art. 57	179
Art. 58	182
Art. 59	183
Art. 60	185
Art. 61	186
Art. 62	187
Art. 63	187
Art. 64	189
Art. 65	191
Art. 66	191
Art. 67	192
Art. 68	192
Art. 69	193

Seção V – Do plano de recuperação judicial para microempresas e empre- sas de pequeno porte				194
Art. 70	195	Art. 72		199
Art. 71	196			

Capítulo IV

DA CONVOCAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA

Art. 73	201	Art. 74		203
---------------	-----	---------------	--	-----

Capítulo V

DA FALÊNCIA

Seção I – Disposições gerais				204
------------------------------------	--	--	--	-----

Art. 75	204	Art. 79		211
Art. 76	207	Art. 80		211
Art. 77	209	Art. 81		212
Art. 78	210	Art. 82		214

Seção II – Da classificação dos créditos				217
--	--	--	--	-----

Art. 83	217	Art. 84		226
---------------	-----	---------------	--	-----

Seção III – Do pedido de restituição				229
--	--	--	--	-----

Art. 85	229	Art. 90		242
Art. 86	234	Art. 91		243
Art. 87	238	Art. 92		244
Art. 88	240	Art. 93		244
Art. 89	241			

Seção IV – Do procedimento para a decretação da falência				248
--	--	--	--	-----

Art. 94	248	Art. 98		264
Art. 95	258	Art. 99		267
Art. 96	259	Art. 100		274
Art. 97	262	Art. 101		275

Seção V – Da inabilitação empresarial, dos direitos e deveres do falido	277		
Art. 102	277	Art. 104	279
Art. 103	278		
Seção VI – Da falência requerida pelo próprio devedor	283		
Art. 105	283	Art. 107	284
Art. 106	284		
Seção VII – Da arrecadação e da custódia dos bens	286		
Art. 108	286	Art. 112	291
Art. 109	289	Art. 113	291
Art. 110	289	Art. 114	292
Art. 111	291		
Seção VIII – Dos efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor	294		
Art. 115	294	Art. 122	305
Art. 116	294	Art. 123	307
Art. 117	295	Art. 124	308
Art. 118	298	Art. 125	309
Art. 119	299	Art. 126	310
Art. 120	303	Art. 127	311
Art. 121	304	Art. 128	312
Seção IX – Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência	313		
Art. 129	314	Art. 134	329
Art. 130	321	Art. 135	329
Art. 131	324	Art. 136	330
Art. 132	325	Art. 137	332
Art. 133	327	Art. 138	332

Seção X – Da realização do ativo	333		
Art. 139	333	Art. 144	343
Art. 140	333	Art. 145	343
Art. 141	336	Art. 146	344
Art. 142	339	Art. 147	344
Art. 143	342	Art. 148	344
Seção XI – Do pagamento aos credores	345		
Art. 149	346	Art. 152	351
Art. 150	349	Art. 153	352
Art. 151	350		
Seção XII – Do encerramento da falência e da extinção das obrigações do falido	354		
Art. 154	354	Art. 158	359
Art. 155	356	Art. 159	362
Art. 156	357	Art. 160	364
Art. 157	358		

Capítulo VI

DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Art. 161	367	Art. 165	382
Art. 162	373	Art. 166	383
Art. 163	374	Art. 167	383
Art. 164	378		

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES PENAIS

Seção I – Dos crimes em espécie	385		
Art. 168	387	Art. 170	391
Art. 169	390	Art. 171	391

Art. 172	392	Art. 176	396
Art. 173	394	Art. 177	397
Art. 174	394	Art. 178	398
Art. 175	395		

Seção II – Disposições comuns 399

Art. 179	399	Art. 181	400
Art. 180	400	Art. 182	403

Seção III – Do procedimento penal 406

Art. 183	406	Art. 186	411
Art. 184	407	Art. 187	412
Art. 185	409	Art. 188	414

Capítulo VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 189	415	Art. 196	423
Art. 190	416	Art. 197	424
Art. 191	417	Art. 198	425
Art. 192	418	Art. 199	425
Art. 193	421	Art. 200	427
Art. 194	422	Art. 201	427
Art. 195	423		

BIBLIOGRAFIA	429
--------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	437
-----------------------------------	-----